

**Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
(CONMETRO)**

Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC)

Ata da 12ª Reunião Ordinária

Data: 01/02/2018	Início: 14h	Término: 17h30min
Local: FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro Av. Graça Aranha, 1 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20030-002		

Lista de presença

Presidência

Vera Thorstensen, Presidente FGV-SP

Secretaria executiva do CBTC

Jorge Antônio da Paz Cruz INMETRO

Plenária

Membros deliberativos

Adriana Parrilla MAPA
Pedro Henrique Rincon Amaral MDIC
Ana Flavia Jacintho Bonzanini MRE
Yane de Carvalho Virgolino ANVISA
Karen Kiyomi Hayashi APEX
Christiane Aquino Bonomo CAMEX
Léa Contier de Freitas INMETRO

Membros consultivos

Bruno Youssef Y. A. Lima FIESP
Fabian Yaksic ABINEE
Éder Silva ABIQUIM

Outros participantes

Andrea Lopes FIRJAN
Alex Queiroz Pereira MINISTÉRIO DA DEFESA
Annalina Camboim de Azevedo INMETRO
Carlos Santos Amorim Júnior ABNT
Claudia Teixeira dos Santos FIRJAN
Carolina Zoccoli FIRJAN

Dolores Teixeira de Brito	INMETRO
Eduardo Campos de São Thiago	ABNT
Flávia Cristina Lima Alves	INMETRO
Gabriella C. da Silva Guedes Nicacio	INMETRO
José Joaquim Vinge	INMETRO
Juen Chao	KOTRA
Jungsuk Chol	KOTRA
Izis Janote Ferreira	CNC
Leandro Ismael Salles de Barcelos	CNI
Maria Luiza Costa Martins	INMETRO
Maria Manuela Mota dos Santos	INMETRO
Monique Audrey Getrouw	INMETRO
Sulamita Bushatsky	INMETRO
Paulo De Lello	APOLO TUBULARS
Paulo Nicola Venturelli	INMETRO
Pedro Jorge Spadale	FIRJAN
Rafael Vinicius G. de Castro Lima	INMETRO
Renata de Araújo Ferreira	ANVISA
Rodrigo Martins Vargas	ANVISA
Rogério de Oliveira Corrêa	INMETRO
Thiago Pacheco Ramos	FIRJAN

Pauta

1. Abertura;
2. Aprovação da ata da reunião de outubro de 2017;
3. A Coordenação Técnica e os Fluxos de Comércio entre Brasil e República da Coreia;
4. O Comércio Bilateral entre Brasil e Argentina – Estudo sobre Mapeamento das Exigências Técnicas;
5. A Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade;
6. A Proposta Brasileira para Revisão Trienal do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC;
7. Informe sobre o Decreto nº 9195/2017 – Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações – SEM Barreiras;
8. Discussões sobre casos de Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras – Levantamento de Preocupações Comerciais Específicas (PCE);
9. Outros assuntos.

1. Abertura

A presidente do Comitê Brasileiro de Barreiras Técnicas ao Comércio (CBTC), **Vera Thorstensen**, abriu a reunião na hora indicada, cumprimentou a todos e passou a palavra para o novo gerente da área de Comércio Internacional da FIRJAN, **Pedro Spadale**.

Pedro Spadale iniciou dando boas-vindas aos participantes da reunião. Comentou sobre a satisfação de estar participando, junto aos demais órgãos, da reunião do Comitê e passou novamente a palavra para **Vera Thorstensen**, que pediu a todos que se apresentassem.

2. Aprovação da Ata da 11ª Reunião do CBTC

Vera Thorstensen mencionou que todos os comentários ou questionamentos devem ser encaminhados à Secretaria Executiva do Comitê. Ressaltou que todos os comentários recebidos foram considerados, logo a ata da 11ª Reunião do CBTC foi aprovada.

3. A Coordenação Técnica e os Fluxos de Comércio entre Brasil e República da Coreia

Shin, da *Korea Testing & Research Institute (KTR)*, fez uma breve apresentação sobre o tema convergência regulatória, onde foram apresentados os principais desafios, oportunidades e lições aprendidas por parte desse país. Segundo **Vera Thorstensen**, de agora em diante, sempre que possível, um convidado estrangeiro contribuirá com as discussões das reuniões do CBTC, pois acredita ser de suma importância entender como os outros países estão desenvolvendo práticas de facilitação de comércio.

4. O Comércio Bilateral entre Brasil e Argentina – Estudo sobre Mapeamento das Exigências Técnicas

Vera Thorstensen comentou que a FGV-SP está realizando um levantamento dos padrões de sustentabilidade que dão suporte para a regulação no Brasil, União Europeia e Argentina. O objetivo desse levantamento é identificar quais seriam os padrões de sustentabilidade que afetam a exportação brasileira. Em uma análise prévia é possível destacar que produtos agrícolas e alimentos são os mais afetados. Em seguida, **Vera Thorstensen** sugeriu que **Rogério Corrêa**, do INMETRO, fizesse a apresentação dos trabalhos da Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade.

5. Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade

Rogério Corrêa, do INMETRO, fez um breve relato da 2ª Reunião do Grupo de Trabalho (GT) da Plataforma Brasileira de Normas Voluntárias de Sustentabilidade, realizada no dia 24/10/17, onde

foi discutido o regimento interno do GT e do Comitê Gestor. Mencionou que todos os comentários enviados pelos membros foram considerados no texto do regimento interno.

Rogério Corrêa relatou sua participação nos eventos realizados no México e no Japão onde foram apresentados os trabalhos desenvolvidos, em cada país, de mapeamento das Normas Voluntárias de Sustentabilidade. Relatou também que foi desenvolvido um guia pelos países da Aliança do Pacífico, com apoio do Chile e da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do México (SERMANAT), mapeando alguns selos ambientais existentes, com metas de desenvolvimento sustentável. O objetivo do guia é dar conhecimento as empresas desses países sobre os selos já desenvolvidos, bem como conscientizar sobre o impacto desses selos para comércio internacional e setores produtivos envolvidos com esse tema.

No evento realizado no Japão, por ser o país sede dos próximos Jogos Olímpicos, foi debatida a demanda apresentada pelo comitê olímpico sobre certificação Global Gap dos alimentos fornecidos durante a Olimpíada. **Rogério Corrêa** mencionou que a estratégia do Governo Japonês, através do Ministério da Agricultura, é desenvolver um programa de boas práticas agrícolas, visando o reconhecimento desse programa pelo GFSI (Global Food Safety Initiative). No evento também foi relatado o interesse do país em buscar recursos para manutenção da plataforma de normas voluntárias de sustentabilidade, de forma a mapear tais normas, disponibilizar informações na homepage, desenvolver atividades de treinamento e capacitação, preparar material para balizar as negociações comerciais e acompanhar o trabalho das plataformas que estão sendo desenvolvidas em outros países.

No ano de 2018 está prevista a realização da primeira reunião descentralizada da UNFSS para normas voluntárias, que ocorrerá em Nova Deli, na Índia. O principal desafio para os próximos anos da plataforma brasileira é desenvolver um projeto piloto no setor de alimentos. Assim, **Rogério Corrêa** encerrou os comentários destacando a importância de obter recursos para o desenvolvimento do referido projeto e estruturação da plataforma.

6. A Proposta Brasileira para Revisão Trienal do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio

Ana Flávia Bonzanini, do MRE, iniciou abordando a Revisão Trienal do Acordo TBT, bem como o cronograma das reuniões do Comitê TBT/OMC em 2018. Na reunião de novembro ocorrerá à adoção das propostas de revisão do Acordo, aprovadas pelos países membros da OMC. O primeiro prazo para circulação de propostas ocorre no final de fevereiro, já que nas reuniões do Comitê de março e junho as mesmas serão debatidas. INMETRO, MDIC, MAPA e CAMEX elaboraram algumas propostas e que atualmente estão sendo debatidas com o setor privado e articuladas com a Missão em Genebra no sentido de buscar apoio de outros países. **Ana Flávia Bonzanini** relatou a reunião que teve recentemente com a CNI visando levantar alguns temas de interesse da indústria para Revisão Trienal.

Sobre as propostas apresentadas pelos demais países membros da Organização, até o momento, foram três: **Estados Unidos** sobre aperfeiçoamento e atualização dos dados dos Pontos Focais do Acordo TBT; **África do Sul** sobre aperfeiçoamento das preocupações comerciais específicas e mecanismos para maior participação dos países em desenvolvimento; **África do Sul** sobre tratamento das questões envolvendo os certificados de venda livre.

Questionada por **Vera Thorstensen** sobre o que seria certificado de venda livre, **Ana Flávia Bonzanini** respondeu que se trata de um certificado onde a empresa exportadora comprove que o produto vendido também é consumido no país de origem, como exemplos foram citados alimentos e cosméticos.

Christiane Aquino, da CAMEX, complementou informando que geralmente são as vigilâncias sanitárias estaduais, muitas vezes, que emitem os certificados. A CAMEX, inclusive consultou a ANVISA sobre um caso que recebeu sobre alimentos, porém foi informada que a ANVISA não realiza tal procedimento e sim as vigilâncias sanitárias dos estados.

Yane Virgolino, da ANVISA, considera pertinente a proposta da África do Sul. Informou que quando se trata de cosméticos a ANVISA emite tal certificado, já que foi acordado no âmbito do MERCOSUL. A posição do Brasil e da Argentina é de extinguir a necessidade de emissão desse certificado, porém Paraguai e Uruguai são contrários. Comentou que a proposta de revisão desse procedimento foi enviada ao SGT 11, mas ainda não obtiveram êxito. Assim, reforçou a ideia de apoiar a proposta da África do Sul, até como uma forma de pressionar o MERCOSUL a rever sua posição.

Christiane Aquino apresentou duas propostas para revisão trienal, sendo que uma é para que o tema boas práticas regulatórias seja objeto de uma sessão temática no comitê de TBT. Informou que está sendo feito um trabalho interno no país sobre boas práticas regulatórias, na qual foi citada a criação de um grupo técnico de regulação, aprovado pelos ministros da CAMEX, e a elaboração de um guia de diretrizes para análise de impacto regulatório, além de toda atividade que vem sendo desenvolvida pelo PROREG, da Casa Civil. Essa é a primeira etapa para elaboração da agenda regulatória brasileira na área de comércio exterior. A outra proposta é para o aperfeiçoamento do sistema de busca das preocupações comerciais específicas no Comitê TBT/OMC, visando dar maior transparência e solução às preocupações apresentadas.

Léa Contier de Freitas, do INMETRO, apresentou três propostas, sendo que uma é apoiar a proposta dos Estados Unidos de atualização do cadastro dos Pontos Focais do Acordo TBT. Ressaltou a importância da referida proposta, uma vez que constantemente o Ponto Focal brasileiro precisa solicitar regulamentos técnicos estrangeiros, notificados ou em vigor em determinado país. A ideia não é só apoiar a proposta dos Estados Unidos, mas sugerir a discussão de um mecanismo para facilitar o acesso aos regulamentos técnicos. A segunda proposta é de incentivar os países de colocar no formulário de notificação não só o link para o texto completo do regulamento técnico, mas nos casos em que o país tenha realizado uma avaliação de impacto

regulatório, que coloque também o link para o relatório completo ou extrato dessa avaliação de impacto. Já a terceira proposta é para que inicie uma discussão mais aprofundada sobre os mecanismos de aceitação de resultados de avaliação de conformidade.

Adriana Parrilla, do MAPA, apresentou proposta acerca do processo de notificação. Informou que a União Europeia vem notificando ao Comitê TBT medidas que deveriam ser notificadas ao Comitê SPS, como foi o caso da proibição de certas substâncias utilizadas em agroquímicos. Ressaltou que as medidas abrangidas pelo Acordo SPS precisam ter avaliação de riscos e comprovação científica. Assim, concluiu que no caso de uma medida ser abrangida pelos Acordos TBT e SPS, a mesma seja notificada nos dois comitês para que tenha mais transparência.

Pedro Henrique Rincon Amaral, do MDIC, apresentou a proposta sobre a sistemática das reuniões do CTBT. A ideia é que nas reuniões do Comitê em novembro sejam estabelecidos os temas das sessões temáticas do próximo ano para que assim os países possam se organizar melhor, seja identificando especialistas nos temas seja buscando recursos para participação da delegação.

7. Informe sobre o Decreto nº 9195/2017 – Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações – SEM Barreiras

Pedro Henrique Amaral, do MDIC, iniciou comentando da reunião bilateral realizada com os Europeus no Comitê TBT, onde a delegação europeia apresentou 06 (seis) preocupações comerciais, e a delegação brasileira apresentou 04 (quatro). Esse é um resultado do esforço de todos os órgãos de governo e do setor privado, contando também com o aporte do CBTC, de tornar a nossa pauta ofensiva e cada vez mais robusta na OMC. Destacou a importância de interagir com o setor privado e sistematizar a troca de informações entre todas as partes envolvidas. Assim, informou que foi lançado oficialmente, no dia 09 de novembro de 2017, pelo Decreto 9.195, o Sistema Eletrônico de Monitoramento de Barreiras às Exportações, denominado SEM Barreiras. Pelo que o decreto traz, deve ocorrer um evento de lançamento desse sistema, junto ao setor privado, em São Paulo e em outros estados, em data ainda a ser definida. O objetivo do sistema é que o setor privado encontre um canal de aporte de toda dificuldade que esteja enfrentando em decorrências de medidas estabelecidas por outros países no processo de exportação. Além do MDIC, o decreto estabelece que os seguintes órgãos também são participantes do sistema: MRE, MAPA, ANVISA e o INMETRO. Informou ainda que outros órgãos terão oportunidade de ingressar ao sistema mediante solicitação aos gestores.

8. Discussões sobre casos de Barreiras Técnicas às Exportações Brasileiras – Levantamento de Preocupações Comerciais Específicas (PCE)

Ana Flávia Bonzanini fez um breve relato sobre a última reunião do Comitê TBT, destacando as duas preocupações comerciais específicas apresentadas pelo Brasil, ambas contra a União Europeia, sobre a rotulagem de erva mate, que não está incluída no regulamento de orgânicos da União Europeia, e outra sobre a picoxistrobina, que não pode ser utilizada na União Europeia,

embora existam limites máximos de resíduos que são admitidos nas plantações. Relatou também sobre a PCE que o Brasil apoiou, levantada pelo Canadá contra a Itália relacionada a indicação de país de origem, já que os regulamentos técnicos de alguns países da União Europeia estão discriminando a origem de alimentos exportados. Por enquanto, tal medida não está afetando as exportações brasileiras, porém existe uma preocupação de que outros países adotem tal medida.

9. Outros Assuntos

Léa Contier de Freitas abordou a questão da Certificação Halal no Brasil. O Brasil possui entidades que realizam a certificação Halal, mas ainda não são acreditadas pela Coordenação Geral de Acreditação (Cgcre) do INMETRO. Destacou que foi iniciado o processo de acreditação dessas entidades, o mesmo não incluirá princípios religiosos, e sim princípios de boas práticas de produção. Em seguida, solicitou ao **Jorge Cruz**, do INMETRO, que esclarecesse um pouco mais a respeito desse assunto, pois participou de reuniões recentes com associações islâmicas.

Jorge Cruz informou que o INMETRO vem sendo demandado pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira e pela FAMBRAS, desde 2014, para criar mecanismo voluntário de avaliação da conformidade para produtos Halal. Informou também que toda prática religiosa envolvida na Certificação Halal será de responsabilidade da Câmara de Comércio e da FAMBRAS. Ressaltou que está em negociação assinatura de um memorando de entendimento entre a Cgcre/INMETRO e o *International Halal Accreditation Fórum (IHAF)* que é reconhecido pelo ILAC e IAF.

Carlos Amorim, da ABNT, comentou que é importante estar atento para qualquer que seja o organismo chamado internacional de normalização, pois uma característica fundamental para tal denominação é que a representatividade seja por país, ou seja, cada país um voto. Do contrário, países desenvolvidos acabam tendo mais vantagens que países em desenvolvimento, pois têm uma maior representatividade.

Fabian Yaksic, da ABINEE, complementou informando que os Estados Unidos tem 400 entidades de normalização e que nas negociações comerciais com esse país, exigem que as normas americanas, que entendemos como sendo setoriais, sejam consideradas como internacionais. Ressaltou que considera somente 03 (três) organizações internacionais de normalização, que são: ISO, IEC e ITU.

Sobre o SGT Nº3 do MERCOSUL, **Maria Manuela dos Santos**, do INMETRO, fez uma breve apresentação e informou que no ano de 2017 11 (onze) regulamentos técnicos foram harmonizados e encaminhados ao GMC. Esses regulamentos estão em processo de aprovação no GMC.

Para finalizar, Vera Thorstensen informou que a próxima data da reunião será divulgada com antecedência, agradeceu a presença de todos, elogiou todas as apresentações feitas e encerrou a reunião.

Próxima Reunião:

Data: 16/05/2018

Horário: 14 h

Local: FIESP

Rio de Janeiro, 19/04/2018

Redigida pela Secretaria do CBTC
Divisão de Superação de Barreiras Técnicas ao Comércio
Coordenação-Geral de Articulação Internacional
INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
cbtc-conmetro@inmetro.gov.br